

Briefing de políticas para informar as discussões do INC sobre um Tratado Global sobre Plásticos

Responsabilidade Estendida do Produtor (REP)

Documento de trabalho - Versão de 19 de janeiro de 2024

Este resumo de políticas foi desenvolvido em consulta com especialistas e membros da Coalizão Empresarial para informar as discussões do INC sobre o texto preliminar revisado do Tratado Global sobre Plásticos ([UNEP/PP/INC.4/3](#)) e o possível trabalho intersessional antes do INC-4. Ele se refere à Parte II, Seção 7. Responsabilidade estendida do produtor. O documento será atualizado conforme necessário para fornecer uma contribuição significativa nos diferentes estágios das negociações do tratado e à medida que novos insights e recursos forem disponibilizados.¹

Introdução

As políticas de Responsabilidade Estendida do Produtor (REP) trazem uma longa lista de benefícios, incluindo, entre outros, o apoio ao design para circularidade, maior eficiência do sistema de coleta e reciclagem e maior transparência dos fluxos financeiros e de materiais. As empresas reconheceram que os sistemas obrigatórios de REP baseados em taxas são uma parte necessária da solução para lidar com o lixo plástico e a poluição²

Um nível mínimo de harmonização dos sistemas de REP em todo o mundo é fundamental tanto para as corporações multinacionais quanto para as pequenas e médias empresas (PMEs), que não têm os recursos e a capacidade de examinar e gerenciar os riscos de conformidade em todos os mercados. Sistemas REP eficazes também ajudariam a aumentar o fornecimento de plásticos reciclados, aos quais muitas empresas não têm acesso atualmente. Portanto, a implementação da legislação de REP deve ser baseada em requisitos regulatórios claros a serem definidos no Tratado Global de Plásticos.

Os sistemas de REP regulamentados pelo governo e gerenciados pelo setor ajudarão os estados-membros da ONU a cumprir suas outras obrigações previstas no tratado e a apoiar os objetivos da economia circular, principalmente quando se trata de aumentar a coleta e a reciclagem de produtos e embalagens de plástico e garantir a disponibilidade e a qualidade de matérias-primas recicladas para substituir o uso de materiais virgens. O ideal é que o REP seja incorporado e complementado por um conjunto mais amplo de ^{políticas}³ para garantir que os sistemas de REP sejam implementados de forma justa, socialmente justa e inclusiva.

¹ Este documento foi desenvolvido em estreita coordenação com um [Grupo de Trabalho sobre Políticas](#), copresidido por representantes de empresas, e por meio de um processo de consulta

com os [membros da Coalizão](#), garantindo um alto nível de alinhamento entre as organizações membros. Entretanto, ela não reflete necessariamente, em todos os aspectos, a posição de cada um dos membros da Coalizão.

² Um apelo para a implementação de esquemas de Responsabilidade Estendida do Produtor para embalagens, endossado por mais de 100 empresas líderes (2021)

³ [Fundação Ellen MacArthur \(2021\): REP como uma parte necessária da solução para o desperdício de embalagens e poluição](#)

de maneira adequada⁴ e dar incentivos suficientes para promover soluções para a redução e reutilização de resíduos, por exemplo.

A Business Coalition apóia o trabalho intersessional nessa área para ajudar a estabelecer:

- Uma definição de REP que exige que as empresas que introduzem determinados produtos ou embalagens no mercado de um país sejam responsáveis, participem da gestão e forneçam financiamento dedicado à coleta e ao processamento após o uso.⁵
- Princípios-chave para o projeto e a implementação de políticas de REP em todo o mundo, reconhecendo os diferentes pontos de partida e caminhos regulatórios dos países em sua jornada para introduzir e aplicar esquemas de REP obrigatórios, eficazes e baseados em taxas
- Requisitos mínimos para um projeto bem elaborado e específico do setor⁶ sistemas de REP incluindo um escopo amplo e claramente definido de produtos e materiais cobertos, atividades e metas; as funções e responsabilidades das diferentes partes interessadas (como Organizações de Responsabilidade do Produtor que administram sistemas de REP, municípios, produtores, prestadores de serviços de reciclagem e gestão de resíduos e o setor informal de reciclagem⁷); bem como mecanismos de relatório, monitoramento e fiscalização⁸
- Apoio aos governos para que estabeleçam ou aprimorem sua estrutura legislativa, inclusive por meio da troca de conhecimentos entre setores e países sobre o desenvolvimento de sistemas de REP socialmente inclusivos, harmonizados e transparentes

O trabalho intersessional sobre REP é essencial porque é improvável que o financiamento suficiente para ampliar os sistemas de coleta, triagem e reciclagem de resíduos em todo o mundo venha de orçamentos públicos ou de contribuições voluntárias do setor na escala necessária ou de forma contínua e confiável. É fundamental garantir que as políticas e regulamentações de REP apoiem e complementem o desenvolvimento de sistemas abrangentes de gerenciamento de resíduos.

A Business Coalition é da opinião de que o REP e as medidas de conformidade associadas são elementos-chave de uma estrutura regulatória robusta, na qual a responsabilidade, os investimentos e a

⁴ No contexto do instrumento juridicamente vinculante para acabar com a poluição plástica, é fundamental reconhecer o papel crucial que os "catadores de materiais recicláveis", o "setor informal de resíduos e reciclagem" e os "trabalhadores em ambientes informais e cooperativos" desempenham hoje no apoio a uma economia de reciclagem em muitos países do mundo. É fundamental que o INC defina esses termos para reduzir a ambiguidade e tornar as disposições efetivas e operacionais; neste resumo de política, a noção de "trabalhadores em ambientes informais e cooperativos" refere-se às três categorias diferentes mencionadas acima.

⁵ Observe que essa definição se refere tanto aos fabricantes nacionais quanto aos importadores da mesma categoria de produto. No entanto, isso pode ser diferente quando se adotam sistemas REP em outros setores que não o de embalagens.

Portanto, faz sentido definir os "produtores" obrigados na forma de [legislação específica do setor](#). Por exemplo, no caso de equipamentos de pesca, pode ser o proprietário da embarcação em vez do fabricante do equipamento.

⁶ No contexto dos resíduos plásticos, as regulamentações de REP já foram implementadas para embalagens, equipamentos elétricos e eletrônicos de consumo, baterias, tintas, revestimentos e

solventes, pneus e veículos em fim de vida útil, mas também estão ganhando força para têxteis e equipamentos de pesca.

⁷ IHKAPP (2023): [Inclusão do setor informal de reciclagem em um acordo global sobre poluição plástica](#)

⁸ A REP é uma ferramenta política já amplamente apoiada pelo setor, com diretrizes existentes para o estabelecimento de esquemas REP ideais, especialmente para embalagens, incluindo princípios orientadores para a modulação ecológica de taxas - veja, por exemplo: Associação Americana de Bebidas (2020): [Princípios essenciais para uma coleta circular bem-sucedida System](#); Consumer Goods Forum (2020): [Construindo uma economia circular para embalagens](#) (2020); Fórum de Bens de Consumo (2022): [Princípios orientadores para a modulação ecológica das taxas de REP para embalagens](#)

os custos operacionais para a circulação após o uso e o gerenciamento de resíduos de produtos e embalagens relevantes são transferidos, parcial ou totalmente, para os produtores ou importadores desses produtos.

Quase dois terços do total de resíduos plásticos são provenientes de aplicações com "vida útil em uso" inferior a cinco anos, por exemplo: embalagens (40%), produtos de consumo (12%) e roupas/têxteis (11%)⁹ Uma obrigação juridicamente vinculante para que as partes do tratado introduzam e apliquem políticas de REP deve ser aplicada nesses setores com urgência.

Em suas [recomendações de políticas para o Tratado Global de Plásticos](#), a Business Coalition reconhece as diferentes condições para projetar e implementar sistemas REP eficazes em países industrializados com sistemas formais de gerenciamento de resíduos estabelecidos, em comparação com muitos países do sul global, onde os trabalhadores em ambientes informais e cooperativos constituem uma grande parte da atual economia de reciclagem.

As regulamentações de REP bem-sucedidas na América Latina serão diferentes daquelas a serem desenvolvidas para a África ou para o Sudeste Asiático. Embora os pontos de partida e os sistemas regulatórios possam diferir entre países e regiões, em nossa opinião, há [pontos em comum](#) suficientes em todas as regiões que podem ser identificados e nos quais a legislação de REP deve ser aprimorada e cada vez mais alinhada em torno dos principais princípios políticos e requisitos mínimos em nível global.

Como poderiam ser as disposições do tratado sobre REP ?

A Business Coalition apoia a obrigação legal de todas as partes do tratado de **estabelecer e regulamentar** sistemas de Responsabilidade Estendida do Produtor (REP) com base nas modalidades a serem desenvolvidas na forma de um anexo. Essas modalidades devem informar o estabelecimento e a operação de sistemas (sub)nacionais de REP e definir - com base em princípios comuns - suas características essenciais, além de apoiar sua harmonização, levando em conta o objetivo de garantir uma transição justa¹⁰

A Business Coalition acredita que o texto revisado da minuta do tratado oferece um bom ponto de partida para que os negociadores busquem mais esclarecimentos e fortaleçam os seguintes aspectos:

- O tratado deve definir "Responsabilidade Estendida do Produtor" (REP) como uma abordagem de política ambiental na qual a responsabilidade do produtor por um produto é estendida ao estágio pós-uso do ciclo de vida do produto e exige que as empresas que introduzem determinados produtos ou embalagens no mercado de um país financiem sua coleta e tratamento¹¹ Essa exigência não deve se limitar a itens de plástico.

⁹ OECD (2022): [Plásticos globais Perspectivas](#)

¹⁰ É fundamental que o INC defina o termo "transição justa" no Tratado Global sobre Plásticos,

fazendo referência, por exemplo, às [Diretrizes](#) da Organização Internacional do Trabalho (OIT) [para uma transição justa rumo a economias e sociedades ambientalmente sustentáveis para todos](#), como *"tornar a economia mais verde de uma forma que seja a mais justa e inclusiva possível para todos os envolvidos, criando oportunidades de trabalho decente e não deixando ninguém para trás"*

¹¹ Observe que essa definição se refere tanto aos fabricantes nacionais quanto aos importadores da mesma categoria de produto. No entanto, isso pode ser diferente quando se adotam sistemas REP em outros setores que não o de embalagens.

Portanto, faz sentido definir os "produtores" obrigados na forma de [legislação específica do setor](#).

Por exemplo, no caso de equipamentos de pesca, pode ser o proprietário da embarcação em vez do fabricante do equipamento.

- A Business Coalition acredita que os sistemas de REP devem ser estabelecidos e regulamentados pelos governos, mas gerenciados pelo setor. As empresas que não puderem cumprir suas obrigações de REP legalmente definidas individualmente devem ser solicitadas a unir esforços para estabelecer um sistema compartilhado, no qual as responsabilidades coletivas sejam cumpridas por meio de Organizações de Responsabilidade do Produtor (PROs) gerenciadas em parceria com os setores relevantes e em consulta contínua com o governo. A linguagem jurídica do tratado deve ser esclarecida a esse respeito, e um anexo deve descrever melhor a função e as responsabilidades das diferentes partes interessadas.
- A disposição deve exigir que cada parte do tratado desenvolva ou alinhe sua estrutura legislativa para garantir que os sistemas de REP contribuam para a redução da quantidade de resíduos plásticos mal gerenciados e para a promoção de soluções de economia circular, de acordo com os princípios-chave e os requisitos mínimos para o projeto e a implementação de regulamentações nacionais de REP contidos em um anexo ao tratado.
- O desenvolvimento desse anexo técnico deve fornecer as condições necessárias para garantir uma abordagem harmonizada em todos os países para o estabelecimento de esquemas de REP obrigatórios, bem projetados e baseados em taxas, reconhecendo, ao mesmo tempo, os diferentes pontos de partida em seu desenvolvimento regulatório, a necessidade de assistência técnica e capacitação, bem como salvaguardas importantes para garantir uma ^{transição} justa¹².

O que precisa ser especificado na forma de um anexo técnico ?

A REP deve ser implementada e aplicada como uma regulamentação baseada no desempenho, na qual resultados e objetivos específicos são estabelecidos e definidos por lei em nível nacional ou subnacional, incluindo as funções e responsabilidades específicas da Organização de Responsabilidade do Produtor (PRO) e de outras partes interessadas relevantes envolvidas no cumprimento desses objetivos. O desenvolvimento de um anexo dedicado ao tratado garantirá um nível mínimo de harmonização das regulamentações de REP nos mercados.

Um anexo ao tratado deve estabelecer:

- A. Princípios fundamentais para a criação de sistemas REP eficazes
- B. Requisitos mínimos a serem implementados em ^{regulamentações} de REP específicas do setor¹³, começando com embalagens
- C. Recursos e suporte disponíveis (por exemplo, por meio do estabelecimento de um centro global de REP)

Os governos devem adotar uma abordagem de iniciar e fortalecer suas obrigações de REP de acordo com o tratado, expandindo e atualizando o anexo técnico ao longo do tempo com requisitos mínimos para sistemas de REP que abranjam outros setores além de embalagens.

¹² Não é suficiente comprometer-se a garantir uma "Transição Justa" colocando uma linguagem aspiracional bem-intencionada em uma seção separada do tratado. Devemos nos certificar de que a transição justa seja operacionalizada nas disposições e obrigações específicas do tratado para que os estados membros da ONU capacitem os trabalhadores em ambientes informais ou cooperativos a operar dentro dos sistemas regulatórios existentes ou emergentes, como o REP.

¹³ Em geral, esses requisitos devem ser estabelecidos pela legislação nacional, mas os sistemas de REP ainda podem ser implementados na forma de esquemas regionais ou subnacionais, se apropriado no contexto do respectivo país.

A. Princípios fundamentais para a criação de sistemas REP eficazes

Um anexo ao tratado deve estabelecer princípios fundamentais para o projeto de sistemas REP eficazes. O trabalho realizado pela [OCDE](#), pela [WWF](#), pelo [Consumer Goods Forum](#) e pela [Producer Responsibility Coalition](#), coordenada pela [Citeo](#), oferece um bom ponto de partida, com sobreposição significativa dos seguintes princípios-chave (consulte o [Apêndice 1](#)). A Business Coalition acredita que sistemas REP eficazes e bem projetados devem seguir esses princípios.

1. Os objetivos, o escopo e o modelo de governança dos sistemas REP devem ser claramente determinados na estrutura legislativa para garantir a supervisão e o controle suficientes do governo.
2. As empresas que não puderem cumprir suas obrigações de REP legalmente definidas individualmente devem ser solicitadas a unir esforços para estabelecer um sistema compartilhado, no qual as responsabilidades coletivas sejam cumpridas por meio de Organizações de Responsabilidade do Produtor (PROs) gerenciadas em parceria com os setores relevantes e em consultas contínuas com o governo. Os "produtores"¹⁴ devem participar do gerenciamento geral do PRO e ter supervisão suficiente para avaliar o desempenho, garantir a conformidade e promover sistemas eficientes de REP para o uso circular de materiais e resultados ambientais sólidos.
3. O estabelecimento e a operação de sistemas de REP devem levar em conta o contexto local, e seu desenvolvimento deve incluir a participação e a colaboração de partes interessadas relevantes, como autoridades públicas e municípios, prestadores de serviços de gerenciamento de resíduos e organizações que representam trabalhadores em ^{ambientes} informais e cooperativos¹⁵.
4. Os sistemas de REP devem ser projetados para complementar os sistemas integrados de gerenciamento de resíduos e acelerar a transição para uma economia circular, de preferência estabelecendo metas quantitativas e definindo requisitos mínimos a serem implementados em regulamentações de REP específicas do setor. As disposições da legislação de REP específica do setor devem garantir informações e colaboração transparentes, planejamento de inclusão social e avaliação de impacto, bem como relatórios, monitoramento e aplicação robustos.
5. O uso das taxas de REP deve cobrir os custos líquidos de coleta, triagem, reciclagem e tratamento de resíduos, bem como as atividades de comunicação relacionadas e os custos administrativos do sistema REP. Os custos adicionais a serem cobertos podem incluir medidas adequadas para promover a inclusão social e a justiça, especialmente em mercados em transição. Os produtores obrigados devem participar do processo de definição das taxas de REP e ter acesso a um detalhamento transparente das mesmas.

¹⁴ Observe que deve ser definido como parte da [legislação específica do setor](#) quem são os

"produtores" obrigados e quais obrigações legais eles têm, pois isso pode ser diferente se o sistema REP for estabelecido para outras categorias de produtos além da embalagem.

¹⁵ Veja os princípios básicos da [Posição](#) da Aliança Global de Catadores de Materiais Recicláveis sobre [Responsabilidade Estendida do Produtor](#) sobre pesquisa e identificação de partes interessadas e envolvimento e participação direta dos catadores de materiais recicláveis

6. Sistemas de REP mais avançados devem incentivar soluções upstream, como redução, reutilização, recarga e reparo de plásticos e produtos plásticos por meio da modulação das ^{taxas} de REP¹⁶ e recompensar os esforços que vão além dos requisitos mínimos de design de produto a serem estabelecidos no tratado.

B. Requisitos mínimos para regulamentações de REP específicas do setor

Começando pelos setores prioritários, como o de embalagens, o anexo deve listar os requisitos mínimos que ajudarão a facilitar a implementação harmonizada das regulamentações de REP pelas futuras partes do tratado. O trabalho intersessional deve determinar quais aspectos devem ser harmonizados em nível global e quais devem ser deixados para a implementação nacional.

Com base na experiência com os sistemas de REP existentes para embalagens até o momento, as seguintes áreas devem ser cobertas e bem definidas quando se trata da implementação nacional nos termos do ^{tratado}¹⁷:

1. **Definir claramente o escopo dos tipos e materiais de embalagem cobertos.** Isso é importante por dois motivos: primeiro, porque é necessário estabelecer sistemas que funcionem para todos os materiais e formatos de embalagem, de modo que todos eles sejam coletados e (com o tempo) reciclados; e, segundo, para evitar consequências não intencionais, como a mudança para outros materiais ou formatos de embalagem para contornar as obrigações do REP.
2. **Especifique os objetivos, o escopo das atividades financiadas e as metas específicas com prazo determinado.** Isso é para garantir que fique claro para todas as partes interessadas quais atividades devem ser financiadas pelas taxas de REP e quais resultados devem ser obtidos. Por exemplo: o nível mínimo de serviço de coleta que deve ser fornecido; quais metas de coleta e reciclagem por tipo de embalagem devem ser atingidas e como exatamente elas devem ser medidas; quais são os usos finais priorizados para os materiais coletados; até que ponto os custos adicionais, por exemplo, para prevenção de resíduos, reutilização ou parcerias com organizações do setor informal de reciclagem devem ser cobertos etc.
3. **Definir claramente as funções e responsabilidades dos principais participantes envolvidos:** É importante definir claramente quem assume qual parte das responsabilidades financeiras e operacionais para cumprir os objetivos e as metas da legislação do REP. Por exemplo: quem são os "produtores"¹⁸ e quais são suas obrigações legais; quais são os

¹⁶ Para embalagens especificamente, e como referência adicional sobre taxas de REP e eco-modulação, consulte [os Princípios Orientadores do Consumer Goods Forum for the Ecomodulation of REP fees for packaging](#)

¹⁷ A REP é uma ferramenta política já amplamente apoiada pelo setor, com diretrizes existentes para o estabelecimento de esquemas REP ideais, especialmente para embalagens, incluindo princípios orientadores para a modulação ecológica de taxas - veja, por exemplo: Associação Americana de Bebidas (2020): [Princípios essenciais para uma coleta circular bem-sucedida System](#); Consumer Goods Forum (2020): [Construindo uma economia circular para embalagens](#) (2020); Fórum de Bens de Consumo (2022): [Princípios orientadores para a Ecomodulação das taxas de REP para embalagens](#)

¹⁸ Isso deve incluir produtores nacionais, importadores e plataformas de comércio eletrônico, para garantir a igualdade de condições comerciais

responsabilidades das autoridades públicas, dos municípios e dos prestadores de serviços de gerenciamento e reciclagem de resíduos; qual é o papel das Organizações de Responsabilidade do Produtor que administram os sistemas REP; se e como os Sistemas de Reembolso de Depósito (DRS) podem ser implementados juntamente com o REP para incentivar a ^{coleta}¹⁹; quem é o proprietário dos materiais nas diferentes etapas do processo; quais regras regem a colaboração com os prestadores de serviços de gerenciamento de resíduos e com as organizações que representam os trabalhadores em ambientes informais e cooperativos.

4. **Desenvolver mecanismos para garantir relatórios, monitoramento e aplicação robustos, abrangentes e transparentes:** a falta de uma aplicação consistente prejudica o desempenho do esquema REP e cria vantagens injustas para os free-riders que não cumprem suas obrigações. Também é importante coletar dados e monitorar constantemente o desempenho do esquema de REP para que os resultados das decisões, por exemplo, sobre a estrutura de taxas e sua modulação ecológica, possam ser avaliados e quaisquer ajustes necessários para atingir os objetivos e as metas possam ser permitidos. O futuro corpo diretivo do tratado deve desenvolver mais orientações sobre essas questões.

A Business Coalition acredita que as embalagens devem ser um setor prioritário para o estabelecimento de sistemas REP bem projetados e eficazes em todo o mundo, de acordo com o Tratado Global de Plásticos, já que as embalagens constituem 40% de todos os resíduos plásticos gerados em todo o mundo.

Os Sistemas de Reembolso de Depósito (DRS) podem funcionar junto com as políticas de REP obrigatórias baseadas em taxas, como parte de um esquema de REP mais amplo ou como uma ferramenta para a introdução gradual de obrigações de retorno para categorias específicas de embalagens ou produtos que permitam aos países desenvolver a infraestrutura relevante de reutilização ou reciclagem.

O ^{DRS}²⁰ provou ser eficaz no aumento das taxas de coleta e na redução do lixo de produtos como recipientes de bebidas, e pode ser adaptado a outras categorias de produtos. A atribuição de um valor aos produtos devolvidos ajuda as operadoras a coletar uma quantidade e qualidade maiores de materiais para reutilização, reciclagem ou descarte ambientalmente correto²¹. Da mesma forma que os sistemas REP, os principais princípios e critérios para a elaboração e implementação de políticas DRS em nível nacional devem ser definidos no contexto do tratado como parte de um anexo relacionado²².

No futuro, o tratado também deve definir requisitos mínimos para regulamentações de REP específicas do setor que abordem outras aplicações de plástico por meio do mesmo anexo técnico que pode ser revisado, atualizado e expandido com o tempo.

¹⁹ Reloop: [O impacto dos sistemas de devolução de depósitos nas vendas de bebidas](#)

²⁰ Um Sistema de Reembolso de Depósito (DRS) é um instrumento de política que exige que os

clientes paguem um depósito ao comprar um produto, que é posteriormente reembolsado quando o produto é devolvido a um ponto de coleta.

²¹ DRS bem projetados para recipientes de bebidas normalmente proporcionam taxas de coleta superiores a 90%, reduzindo efetivamente o lixo e fornecendo um fluxo de material de alto volume e alta qualidade para reutilização e reciclagem. Para obter mais detalhes, consulte [OECD \(2022\): Sistemas de depósito-reembolso e a interação com políticas adicionais obrigatórias de responsabilidade estendida do produtor.](#)

²² Tomra: [Recompensando a reciclagem: Aprendizado com os sistemas de retorno de depósito de mais alto desempenho do mundo de depósitos](#)

C. Recursos e suporte disponíveis

Os esquemas de REP obrigatórios e baseados em taxas, que exigem que todas as empresas que introduzem determinados produtos ou embalagens no mercado financiem a coleta e o tratamento após o uso, são uma ferramenta política bem estabelecida em muitos países e setores diferentes. No contexto dos resíduos plásticos, as regulamentações de REP já foram implementadas para embalagens²³, equipamentos elétricos e eletrônicos de consumo, baterias, tintas, revestimentos e solventes, pneus e veículos em fim de vida,²⁴ mas também estão ganhando força para têxteis²⁵ e equipamentos de pesca.²⁶

Os principais aprendizados surgiram de décadas de implementação de sistemas REP, que poderiam servir de orientação para a implementação do tratado em nível nacional. Os estados-membros da ONU poderiam concordar em estabelecer um centro global de REP no âmbito do tratado, com base nas iniciativas existentes e em conformidade com outros acordos internacionais, para fornecer apoio aos governos no desenvolvimento da estrutura legislativa e facilitar a troca de conhecimentos entre setores e países sobre o desenvolvimento de sistemas socialmente inclusivos, harmonizados e eficazes.

Os países em desenvolvimento e as economias emergentes podem enfrentar desafios significativos para estabelecer a infraestrutura necessária e outras condições favoráveis. O hub global de REP deve fornecer a orientação necessária para que os países desenvolvam, aprimorem e apliquem a legislação de REP como parte do desenvolvimento de um sistema abrangente de gerenciamento de resíduos ao longo do tempo, por exemplo, ajudando-os a adotar uma abordagem em fases para a implementação de suas obrigações de REP nos termos do tratado.²⁷

- Fase 1 - Definição do escopo: Essa fase deve procurar: a) aproveitar as lições aprendidas com o desempenho da REP em mercados comparáveis; e b) estabelecer uma compreensão abrangente do cenário de gerenciamento de resíduos no mercado em foco, incluindo o envolvimento em iniciativas de construção de conhecimento em estreita colaboração com representantes do setor informal de reciclagem.
- Fase 2 - Engajamento e configuração das partes interessadas: Essa fase deve a) envolver o setor e as principais partes interessadas nas discussões, inclusive os trabalhadores em ambientes informais e cooperativos²⁸, e estabelecer claramente os principais parâmetros do programa, incluindo, entre outros, a definição dos produtores, o escopo dos materiais cobertos e os protocolos de relatório para os produtores; b) formar um PRO; e c) executar pilotos em escala comercial .

²³ [Citeo](#) é a Organização de Responsabilidade do Produtor (PRO) para o esquema francês de REP para embalagens domésticas e papel

²⁴ [OECD \(2016\): Responsabilidade Estendida do Produtor - Orientação Atualizada para o Gerenciamento Eficiente de Resíduos](#)

²⁵ [Fundação Ellen MacArthur \(2022\): Responsabilidade estendida do produtor para têxteis](#)

²⁶ [IUCN \(2021\): Documento de posicionamento: Defendendo a Responsabilidade Estendida do Produtor para equipamentos de pesca de pesca](#)

²⁷ [CGF \(2020\): Uma visão do setor de bens de consumo sobre a responsabilidade estendida do produtor ideal responsabilidade do produtor](#)

²⁸ Os catadores de materiais recicláveis prestam um serviço por meio da coleta de materiais e produtos recicláveis. Elas têm o conhecimento e a compreensão dos mercados locais e, atualmente, representam, em muitos casos, o único mecanismo em funcionamento para o comércio e a reciclagem de materiais valiosos.

- Fase 3 - Formalização: Estabelecer uma estrutura legislativa e políticas que permitam que os trabalhadores dos setores informais e cooperativos participem ativamente dos sistemas de REP adaptados ao contexto local.

Além disso, os governos devem prever um extenso período de transição para permitir que os governos locais e os prestadores de serviços de gerenciamento de resíduos tenham tempo para ajustar suas operações atuais aos novos requisitos de REP e definir metas específicas com prazo determinado para alcançar a cobertura total do mercado.

Documento de

APÊNDICE 1: Mapeamento dos princípios de REP das principais publicações

Recomendações da Business Coalition para estabelecer princípios agnósticos setoriais sobre REP eficaz no Tratado Global sobre Plásticos	OECD: REP, orientação atualizada para gerenciamento eficiente de resíduos	WWF: 15 princípios básicos para REP	Fórum de bens de consumo: Otimizar Extensão da responsabilidade do produtor Responsabilidade	Coalizão de Responsabilidade do Produtor: principais ferramentas para incluir o REP no Tratado
1. Os objetivos, o escopo e o modelo de governança dos sistemas REP devem ser claramente determinados na estrutura legislativa para garantir a supervisão e o controle suficientes do governo.	<p>Os governos nacionais são geralmente, embora nem sempre, responsáveis por fornecer a estrutura legal, bem como pelo monitoramento e pela aplicação.</p> <p>Deve ser feita uma análise abrangente do programa REP (por exemplo, quais produtos, categorias de produtos e fluxos de resíduos são apropriados para o REP, [...])</p>	Definir claramente todos os materiais de embalagem e/ou produtos dentro do escopo do sistema de forma a facilitar a identificação dos produtos elegíveis .	Escopo dos materiais abrangidos: todos os principais materiais de embalagem de bens de consumo (todos os plásticos, fibras, vidro e metais) devem ser coletados.	O instrumento REP deve abranger toda a cadeia de valor dos plásticos (bem como outros materiais como vidro, alumínio, aço, papel...) e não apenas o gerenciamento de resíduos.
2. As empresas que não puderem cumprir suas obrigações de REP legalmente definidas individualmente devem ser solicitadas a unir esforços para estabelecer um sistema compartilhado, no qual as responsabilidades coletivas sejam cumpridas por meio de Organizações de Responsabilidade do Produtor (PROs) gerenciadas em parceria com os setores relevantes e em consultas contínuas com o governo. Os "produtores" obrigados devem participar do gerenciamento geral do PRO e ter supervisão suficiente para avaliar o desempenho, garantir a conformidade e promover sistemas REP eficientes para o uso circular de materiais e resultados	Em geral, os produtores são responsáveis por atingir os objetivos da política de REP, seja individual ou coletivamente, e seja por meio de uma única PRO ou de PROs concorrentes.	Responsabilidades claramente definidas, por exemplo, obrigação de pagar taxas ou garantir a reciclabilidade da embalagem	Os governos têm a responsabilidade de garantir que os sistemas de gerenciamento de resíduos estejam em vigor para fornecer uma base sobre a qual a reciclagem e a economia circular possam ser construídas. Sob as condições certas, somos a favor de sistemas que sejam incentivados e viabilizados pelo governo, mas deixados para os produtores governarem e gerenciarem, especialmente nos casos em que o setor estiver fornecendo financiamento substancial	Para atender aos princípios da REP, os produtores geralmente se organizam coletivamente para cumprir suas obrigações dentro da estrutura das PROs, em diferentes modelos de negócios (fornecedor único ou PRO em concorrência, sem fins lucrativos/com fins lucrativos), todos autorizados por órgãos de supervisão governamentais responsáveis.

ambientais sólidos.	As responsabilidades devem ser bem definidas e não devem ser diluídas pela existência de vários atores em toda a cadeia de produtos.	A organização de responsabilidade do produtor (PRO) é a principal parte interessada coordenadora responsável pela operação do sistema REP dentro dos limites da estrutura legal. O ideal é que o PRO seja uma organização sem fins lucrativos liderada pelo setor. Inicialmente, recomenda-se apenas uma PRO monopolista; PROs competitivas totalmente regulamentadas podem ser estabelecidas assim que o esquema REP se solidificar.	O gerenciamento de um programa de REP deve ser proporcional à forma como as responsabilidades financeiras são atribuídas. [...] Ao lançar um programa de REP, o programa deve ser gerenciado por uma Organização de Responsabilidade do Produtor (PRO) profissional.	As contribuições dos produtores devem ser usadas diretamente pela Organização de Responsabilidade do Produtor (PRO) para melhorar o gerenciamento ambientalmente responsável do fim da vida útil dos produtos que cobrem.
---------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Recomendações da Business Coalition para estabelecer princípios agnósticos setoriais sobre REP eficaz no Tratado Global sobre Plásticos	OECD: REP, orientação atualizada para gerenciamento eficiente de resíduos	WWF: 15 princípios básicos para REP	Fórum de bens de consumo: Ótimo Extensão da responsabilidade do produtor Responsabilidade	Coalizão de Responsabilidade do Produtor: principais ferramentas para incluir o REP no Tratado
3. O estabelecimento e a operação de sistemas de REP devem levar em conta o contexto local, e seu desenvolvimento deve incluir a participação e a colaboração de partes interessadas relevantes, como autoridades públicas e municípios, prestadores de serviços de gerenciamento de resíduos e organizações que representam trabalhadores em ambientes informais e cooperativos .	Deve ser realizada uma consulta às partes interessadas para discutir metas, objetivos, custos e benefícios	Mapeamento das partes interessadas e compreensão de toda a cadeia de valor dos plásticos, garantindo a participação de todos os setores (inclusive o setor informal). Precisa ser inclusivo e permitir a integração de todas as partes interessadas.	Inclusão social e justiça, especialmente em mercados em transição com envolvimento do setor informal	Colaborar com comunidades organizadas de catadores de materiais recicláveis por meio de cooperativas ou outros tipos de organizações para que possam participar do sistema formal de gerenciamento de resíduos ou participar das empresas tradicionais de gerenciamento de resíduos
4. Os sistemas de REP devem ser projetados para complementar os sistemas integrados de gerenciamento de resíduos e acelerar a transição para uma economia circular, de preferência estabelecendo metas quantitativas e definindo requisitos mínimos a serem implementados em	Definir claramente os objetivos, com base em análise e consulta a todos os acionistas relevantes. Os REPs geralmente visam atingir um ou mais de quatro objetivos principais: redução do uso de recursos e materiais (virgens); prevenção de resíduos; redução dos impactos ambientais dos produtos; e fechamento de ciclos de uso de materiais ("economia circular").	Orientar a transição de uma economia linear para uma circular com um conjunto de metas quantitativas específicas de materiais para redução, reutilização e reciclagem. Ter um conjunto claro e detalhado de metas quantitativas de redução, reutilização e reciclagem desenvolvidas para cada um dos objetivos (de preferência para cada tipo de embalagem)	Os programas de REP devem ter resultados ambientais sólidos. Metas de coleta para reciclagem que sejam mensuráveis e alcançáveis e econômico, ao mesmo tempo em que busca um forte desempenho ambiental	As contribuições dos produtores garantirão a cobertura sustentável dos custos que são sustentáveis e inteiramente dedicados a melhorar a circularidade dos produtos. Definir, em conjunto com o setor/produtores, autoridades nacionais e locais, metas mínimas obrigatórias para reutilização, reciclagem ou recuperação quando e onde for relevante

regulamentações de REP específicas do setor. As disposições da legislação de REP específica do setor devem garantir informações e colaboração transparentes, planejamento de inclusão social e avaliação de impacto, bem como relatórios, monitoramento e aplicação robustos.	O REP para o ciclo de vida do produto deve ser feito de forma a aumentar a comunicação entre os atores em toda a cadeia do produto.	Processo transparente de colaboração e compartilhamento aberto entre as principais partes interessadas; transparência de informações; órgãos de controle em vigor.	O REP deve ser eficiente, econômico, transparente e responsável.	Criar mecanismos para conhecimento, monitoramento e apoio à REP [...]: uma estrutura de monitoramento harmonizada e robusta de contribuições recíprocas permitiria uma melhor comunicação sobre os desenvolvimentos políticos e operacionais da REP.
5. O uso das taxas de REP deve cobrir os custos líquidos de coleta, triagem, reciclagem e tratamento de resíduos, bem como as atividades de comunicação relacionadas e os custos administrativos do sistema REP. Os custos adicionais a serem cobertos podem incluir medidas adequadas para promover a inclusão social e a justiça, especialmente em mercados em transição. Os produtores obrigados devem participar do processo de definição das taxas de REP e ter acesso a um detalhamento transparente das mesmas.	Os custos totais do fim da vida útil devem ser internalizados nas taxas do produtor de REP para que se aplique o princípio do poluidor-pagador.	Os recursos financeiros arrecadados no âmbito do sistema REP devem ser usados exclusivamente para fins de coleta, triagem e reciclagem, bem como para as atividades de comunicação relacionadas e os custos administrativos do sistema REP.	Definição dos custos incluídos: as atividades pelas quais os produtores são financeiramente responsáveis devem ser claramente identificadas e limitadas a uma parcela adequada dos custos de coleta e triagem pós-consumo para o setor residencial.	Financiamento dedicado: os fundos coletados pelas contribuições dos produtores são totalmente dedicados aos objetivos definidos por uma Organização de Responsabilidade do Produtor.
		As taxas definidas pela PRO devem cobrir todos os custos líquidos do gerenciamento de resíduos dos produtos ou embalagens.	Princípio do "custo líquido": As taxas de REP pagas pelos produtores devem refletir o custo real de coleta e triagem bem como a receita de materiais .	A REP deve desempenhar um papel social na integração de trabalhadores semiformais e informais no setor de resíduos, institucionalizando e melhorando, assim, suas condições de trabalho e meios de subsistência.

Recomendações da Business Coalition para estabelecer princípios agnósticos setoriais sobre REP eficaz no Tratado Global sobre Plásticos	OECD: REP. orientação atualizada para gerenciamento eficiente de resíduos	WWF: 15 princípios básicos para REP	Fórum de bens de consumo: Ótimo Extensão da responsabilidade do produtor Responsabilidade	Coalizão de Responsabilidade do Produtor: principais ferramentas para incluir o REP no Tratado
<p>6. Sistemas de REP mais avançados devem incentivar soluções upstream, como redução, reutilização, recarga e reparo de plásticos e produtos plásticos, por meio da modulação das taxas de REP e recompensar os esforços que vão além dos requisitos mínimos de design de produto a serem estabelecidos no tratado.</p>	<p>As políticas e os programas de REP devem ser projetados para oferecer aos produtores incentivos para incorporar mudanças a montante, na fase de projeto, a fim de serem mais ecologicamente corretos.</p>	<p>Priorizar ações de acordo com a hierarquia de resíduos, por exemplo, por meio da modulação de taxas</p>	<p>Incentivos para a sustentabilidade: As taxas de REP devem incentivar o design para reciclagem e o uso de materiais com mercados finais fortes</p>	<p>Modular o REP de forma a refletir os critérios ambientais definidos do produto - por exemplo, sua capacidade de reciclagem - para incentivar os produtores a projetar seus produtos/embalagens de forma ideal.</p>

APÊNDICE 2: Princípios fundamentais do DRS

As políticas de REP obrigatórias baseadas em taxas podem ser complementadas por Sistemas de Reembolso de Depósitos (DRS), como parte de um esquema REP mais amplo ou como uma ferramenta para a introdução gradual de obrigações de devolução para categorias específicas de embalagens ou produtos que permitam que os países desenvolvam a infraestrutura relevante de reutilização ou reciclagem. Os DRS²⁹ provaram ser eficazes no aumento das taxas de coleta e na redução do lixo de produtos como recipientes de bebidas, e podem ser adaptados a outras categorias de produtos.

Um anexo ao tratado também poderia estabelecer princípios fundamentais para a criação de sistemas DRS eficazes. Juntamente com outros recursos, o trabalho conduzido por [Tomra](#) e [Reloop](#) pode ser um ponto de partida para o trabalho intersessional, com uma sobreposição significativa dos seguintes princípios-chave:

- **O desempenho e a conveniência** devem ser fundamentais para o projeto dos sistemas DRS, incluindo:
 - Tornar o sistema de devolução de depósitos (DRS) simples para todos os consumidores entenderem e usarem, estabelecendo uma grande rede de pontos de resgate, para que a devolução de vasilhames se torne uma parte rotineira da vida cotidiana
 - Estabelecer uma meta alta de arrecadação por meio de legislação (por exemplo, 90%)
 - Definir na estrutura legislativa um amplo escopo de bebidas e recipientes cobertos pelos sistemas DRS
 - alta taxa de cobrança, definida por metas; valor mínimo de depósito suficientemente alto para impulsionar a cobrança; cobertura de uma ampla gama de bebidas
- Os sistemas DRS devem ser **financiados pelos produtores**, incorporando os princípios da Responsabilidade Estendida do Produtor (REP), com programas bem-sucedidos de devolução de depósitos, envolvendo produtores e varejistas para gerenciar o impacto ambiental de um produto de volta ao ciclo de produção da embalagem.
- A **governança** dos sistemas DRS deve ser bem definida, por exemplo, por meio de uma organização centralizada e sem fins lucrativos (NPO) que gerencie as operações dos sistemas DRS. Semelhante a uma Organização de Responsabilidade do Produtor (PRO), uma NPO para um sistema DRS deve ser gerenciada em parceria com os setores relevantes, enquanto o governo supervisiona e pode fazer cumprir a legislação.³⁰ A comunicação dos produtores é fundamental para a transparência dos sistemas DRS.

²⁹ Um Sistema de Reembolso de Depósito (DRS) é um instrumento de política que exige que os clientes paguem um depósito ao comprar um produto, que é posteriormente reembolsado quando o produto é devolvido a um ponto de coleta.

³⁰ Isso está de acordo com as recomendações da Business Coalition sobre os [princípios fundamentais para a criação de sistemas REP eficazes](#), conforme descrito neste briefing.